

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 69

Data: 15.04.70 Pg.: 5

Matadores de índios impunes

Da Sucursal de Brasília

Por falta de provas, embora tenha confessado, o caçador Francisco Gomes Damasceno, um dos acusados de participar da chacina de 9 índios atroaris, foi libertado em Manaus. O Departamento de Polícia Federal, em Brasília, mostrou-se preocupado com o fato. O chefe da Divisão de Operações, Eugênio Lapagesse, enviou radiograma à Delegacia de Manaus, solicitando esclarecimento sobre a soltura do caçador.

O presidente da Fundação Nacional do Índio, jornalista Queiroz Campos, que se encontrava em Recife, participando dos festejos da Semana do Índio, interrompeu a programação e embarcou imediatamente para Manaus a fim de apurar o ocorrido. Queiroz Campos já designou a ida do advogado da Fundação, Caio Frota, atualmente em serviço no Maranhão, para acompanhar em Manaus as medidas que forem tomadas pela FUNAI.

Em Brasília, a Fundação Nacional do Índio não dispõe de maiores informações sobre o caso, apenas revelou o teor da mensagem enviada pelo presidente da entidade, de Manaus.

Como foi

Em dezembro do ano passado, cerca de 6 caçadores assassinaram friamente 9 índios Atroaris perto do rio Jauaperi. Denunciado como participante do massacre, Francisco Gomes Damasceno confessou, ao ser preso, que havia participado do assassinio dos índios em um dos igarapés em que caçava e pescava, "para trabalhar tranquilamente, sem medo". Na época, sua prisão foi motivo de nota oficial do Ministério do Interior, mostrando que o serviço de proteção ao indígena funcionava na região.

Embora a Polícia Federal e a FUNAI tivessem conseguido confissões de 2 dos 6 caçadores que chacinaram os Atroaris, o procurador da República em Manaus, Osmar Pedrosa, opinou pelo arquivamento do processo, no que foi atendido pelo juiz federal.

Enquanto o Departamento de Polícia Federal aguarda os esclarecimentos oficiais de sua delegacia em Manaus, notícias que puderam ser filtradas na FUNAI culpam o delegado local como responsável único pela libertação do preso.

A chacina

As primeiras informações esparsas a respeito da chacina começaram a correr em forma de boatos em dezembro do ano passado; chegando ao conhecimento da Inspeção da FUNAI em Manaus. Este designou, imediatamente, o sertanista Gilberto Fi-

gueiredo Pinto para apurar os fatos. O sertanista viajou para a região do rio Jauaperi, próximo à fronteira entre o Amazonas e o Território de Roraima. Ali, Gilberto Figueiredo Pinto ouviu depoimentos de caçadores e pescadores durante semanas.

No final de sua viagem, o sertanista conseguiu a confissão de um jovem de 20 anos, que se dispôs vir até Manaus prestar depoimento e denunciar os demais autores da chacina.

Em Manaus, o caso foi entregue ao investigador Pedro Henrique Casals. O investigador, em companhia do sertanista, seguiu para a região do massacre, onde conseguiu identificar dois dos

matadores dos 9 índios Atroaris. Um deles, Francisco Gomes Damasceno, foi preso e levado para Manaus.

Segundo o criminoso, as chacinas ocorreram em épocas diferentes, sendo que na primeira, foram mortos 8 índios, cujos corpos foram lançados nas águas do rio Jauaperi. No segundo, foi assassinado apenas um indígena, enquanto outros conseguiram fugir.

Procurador solta

O procurador da República em Manaus, Osmar Pedrosa, após examinar os depoimentos e confissões, considerou a Justiça Federal incompetente para julgar o caso e opinou pelo seu arquivamento. O advogado da FUNAI, Carlos Werner, não se conformou com a decisão e requereu que o processo fosse enviado à Justiça Estadual, sem receber até o momento o despacho da autoridade competente.

No inquérito, estão indicados como chacinadores Francisco Basques de Alcantara, José Rocha Lopes, José Maria Tenório da Silva, Antonio Paulino da Rocha, Rivaldo Lourenço e Francisco Gomes Damasceno. Todos os indiciados se dedicam à caça e a pesca na região do Jauaperi.

Definição do índio provocará discussões

Das Sucursais

A definição sobre o que é um silvícola e qual sua verdadeira posição dentro da sociedade brasileira poderá provocar discussões no Congresso, por ocasião do exame do anteprojeto de lei que regulamenta a situação jurídica do índio, segundo declarou o professor Temístocles Cavalcanti, que está terminando a elaboração da matéria, a convite do ministro do Interior.

Até o fim do mês o anteprojeto já estará em mãos do ministro Costa Cavalcanti, que o enviará imediatamente ao Congresso. Em julho já deverá estar aprovada e assinada a primeira lei brasileira regulamentando o direito dos índios, que pelo menos juridicamente estarão defendidos contra os invasores de suas terras, segundo Temístocles Cavalcanti.

Esqueleto milenar encontrado no Sul

Um esqueleto pertencente a indivíduo enterrado no mínimo há

mil anos foi encontrado em Monte Negro, Vale do Rio Cai, no Rio Grande do Sul, por uma equipe de arqueólogos que vem realizando pesquisas naquela área. A equipe, chefiada pelo professor Pedro Augusto Ribello, afirma que se trata de um sepultamento indígena: o esqueleto encontrava-se num caixão rudimentar, em decubito lateral direito, com os pés para o nascente.

Tal era a posição usada nas cerimônias fúnebres pelos indígenas do extremo sul do País. Sobre os restos encontrados havia uma espécie de montículo de pedras e arenito. Além do esqueleto inteiro, foi achado outro incompleto, com falta de alguns ossos. Na mesma área foram encontrados fragmentos de cerâmica, furadores, raspadores, facas, pedras de polimento, restos de comida e ossos de animais.

Parte dos materiais será enviada ao "Smithsonian Institute", de Washington, para testes através do método C-14. Os resultados finais serão apresentados ao Congresso Internacional de Arqueologia, que se reúne em agosto próximo, na Capital peruana.